

Ciência e política: reflexões críticas sobre a pesquisa como ato político

DULCE CONSUELO ANDREATTA WHITAKER¹

Resumo

Este ensaio parte de questões metodológicas e de experiência pessoal para chegar às questões políticas. Considera os dados de qualquer pesquisa como construídos pelo pesquisador, além de lembrar suas intenções e sua responsabilidade enquanto cientista que deve ter em mente o que será feito com seus resultados (pelo poder), diante da transformação de ciência em tecnologia, já que essa é a principal característica do capitalismo desde a Revolução Industrial – o que leva à dominação ideológica via mercadoria. São discutidas as consequências desse processo e sugeridas propostas no sentido de desvendar a ideologia e chegar à contraideologia, praticando a pesquisa como ato político.

Palavras-chave: Metodologia. Ideologia política. Contraideologia.

Science and politics: critical reflections on research as a political act

Abstract

This essay lies on methodological issues and personal experience to reach political issues. It considers the data of any research as constructed by the researcher, in addition to remembering his intentions and responsibility as a scientist who must have in mind what will be done with his results (by power), given the transformation of science into technology, as this is the main characteristic of capitalism since the Industrial Revolution - which leads to ideological domination via commodity. The consequences of this process are discussed and proposals are suggested in order to unveil ideology and arrive at counter ideology, practicing research as a political act.

Keywords: Methodology. Political ideology. Counter ideology.

Ciencia y política: reflexiones críticas sobre la investigación como acto político

Resumen

Este ensayo se basa en cuestiones metodológicas y experiencia personal para llegar a cuestiones políticas. Considera los datos de cualquier investigación como contruidos por el investigador, además de recordar sus intenciones y responsabilidad como científico que debe tener en cuenta lo que se hará con sus resultados (por poder), en vista de la transformación de la ciencia en tecnología, ya que esto es la principal característica del capitalismo desde la Revolución Industrial – lo que conduce a la dominación ideológica a través de la mercancía. Se discuten las consecuencias de este proceso y se sugieren propuestas para desvelar la ideología y la contra ideología, practicando la investigación como un acto político. Palabras-clave: Metodología. Ideología política. Contra ideología.

Introdução

Pesquisas científicas se desenvolvem a partir de teorias que serão confirmadas (ou reformuladas) pela interpretação de dados colhidos com base em metodologias que envolvem técnicas rigorosamente selecionadas para compor o quadro a ser analisado pelo pesquisador. É cada vez mais claro para pesquisadores – especialmente nas Ciências Humanas – que os dados não são somente, ou exatamente, coletados. Na verdade, o cientista constrói seus dados, influenciado pelo seu campo teórico-metodológico e por fatores que vou abordar ao longo deste texto.

Imaginemos uma cientista “de laboratório” coletando e organizando seu material para análise posterior. O projeto se encontra em fase inicial, mas nada ali é aleatório. O pesquisador se submete a regras, utiliza equipamentos com rigorosas diretrizes para seu uso e organiza os dados tendo em mente as hipóteses ou os elementos mais importantes relativos ao fenômeno que busca ou pretende compreender. Está, portanto, construindo seus dados para obter deles o maior e melhor número de informações possíveis, da mesma forma que um astrônomo ajusta seu telescópio e introduz nos cálculos sua equação pessoal, escolhendo o melhor momento e a parte mais adequada e acessível do “céu estrelado” para construir os dados que lhe permitirão resultados, os mais originais possíveis, aplicando procedimentos que possam aproximá-lo do real em processo.

Na Sociologia – e nas Ciências Humanas em geral –, não temos laboratórios, no sentido de locais apropriados, nos quais podemos controlar todas as variáveis de uma dada situação. Só é possível simular um experimento isolando atores sociais em uma sala de aula, uma oficina, um setor de empresa ou situações similares, e ainda assim fazemos parte – o pesquisador e os participantes – de uma totalidade histórica que precisa ser considerada.

Assim, na maior parte do tempo, o cientista social realiza sua pesquisa investigando um mundo caótico, cuja complexidade tem que ser levada em conta. Trabalhando, por exemplo, com entrevistas, ele tem que registrar, na medida do possível, tudo o que acontece e faz sentido no momento da sua aplicação, evitando cuidadosamente os obstáculos epistemológicos derivados de preconceitos e pré-juízos que, em nosso tipo de sociedade, quase “flutuam” à nossa volta (BOURDIEU; CHAMBOREDON; PASSERON, 1988). Ao captar, nas entrevistas, as constantes e as informações significativas, estará construindo seus dados, processo que já se iniciou quando preparou as técnicas para abordagem dos sujeitos participantes que vão confiar-lhe seus depoimentos. Aliás, essa escolha já dá início à construção dos dados.

Por que início este artigo com questões metodológicas? O que têm essas questões com atos políticos? Chegarei lá! Devo primeiro lembrar aos leitores características importantes da Ciência, as quais, embora óbvias, nem sempre são lembradas, mas são básicas para equacionar questões políticas.

Reflexões críticas sobre conhecimento científico

Senão, vejamos: o conhecimento científico é diferente de outras formas de conhecimento, contrariando, frequentemente, o conhecimento de senso comum, no que tange à questão dos processos que ocorrem nos fenômenos observados, seja na natureza, seja na sociedade. É muito citada a famosa frase de Marx, quando observamos que o senso comum se inspira nas aparências, enquanto o conhecimento científico busca as essências. Também difere de conhecimentos altamente reconhecidos e valorizados como a manifestação poética e a sabedoria das religiões. Mas, como sempre procurei afirmar em minhas aulas de metodologia científica, não podemos considerar a Ciência como superior a outras formas de conhecimento do mundo, porque todas são válidas para aqueles que dela

participam, e a Ciência não oferece explicação para questões metafísicas nem oferece solução para dramas existenciais, como já lembrava o famoso verso de Shakespeare em Hamlet. Diante da morte, por exemplo, não há explicação científica que console, mas a fé pode convencer-nos de que existe vida além da morte e que passamos desta para a melhor (ou pior, conforme as circunstâncias).

Por outro lado, o conhecimento científico não é atingido facilmente. Sejam fenômenos físico-químicos, biológicos ou socio-históricos, os objetos que os constituem estarão sempre “resistindo” ao olhar e à mente do pesquisador, conforme a interessante observação de Adorno (1975)².

Quando contemplamos a beleza de um céu estrelado, misteriosos corpos celestes não nos revelam, a olho nu, magnitudes e distâncias, e nem podemos saber, nós os leigos no assunto, se são estrelas ou planetas. Necessitamos, enfim, de poderosos telescópios e muito estudo para captar nebulosas ou galáxias.

Vejam um exemplo menos sofisticado: a maçã em nossas mãos revela apenas sua cor. Nada expressa sobre sua bioquímica, as vitaminas e os sais minerais que a compõem. Ela “resiste” à nossa mente, e então temos apenas sensações: é suculenta? Mas a água que contém está camuflada nas fibras de sua estrutura. Para entender toda essa riqueza e complexidade, muita pesquisa foi realizada pelas Ciências que fornecem conhecimentos aos nutricionistas.

Já os fenômenos humanos, que são históricos e biopsicossociais, ocorrem em um teatro nebuloso de aparências, no qual o comportamento manifesto precisa ser desvendado porque não oferece explicações para seus motivos, intenções ou estímulos. Para Durkheim é resultado da coerção social e para Marx é condicionado pela infraestrutura, com suas relações de produção. Enquanto isso, um psicanalista procura misteriosos processos inconscientes nas profundezas da psique dos indivíduos. Ou seja, temos aí fenômenos mais complexos do que estrelas e maçãs. O bom pesquisador, portanto, é aquele que se sente fascinado e desafiado por “mistérios” que podem ser decifrados...

Assim, a pesquisa científica é, de início, resultado da curiosidade de pessoas que não se satisfazem com explicações derivadas do mundo das aparências nem mesmo com as próprias teorias científicas – até porque estas últimas precisam ser confirmadas ou reformuladas em aproximações sucessivas (KOURGANOFF, 1961), que, aliás, nunca dão conta de

explicar o real em caráter definitivo. Mas, como alertava Einstein, a paixão pela ciência é semelhante à paixão pela música, então cresce a fascinação do pesquisador por novas aproximações em direção a novas descobertas.

O cientista é, portanto, um ser privilegiado³. E então chegamos ao ponto importante deste ensaio. O cientista, já no início do seu trabalho, precisa estar alerta ao que será feito pelo sistema com base em suas descobertas.

Capturadas pelo capitalismo – principalmente a partir da Segunda Revolução Industrial, no século XIX – e largamente utilizadas, muitas descobertas científicas começaram a ser aplicadas com objetivos totalmente contrários às intenções do pesquisador.

Não podemos culpar Einstein, ou Rutherford, ou Oppenheimer, ou tantos físicos nucleares, pelo genocídio de Hiroshima e Nagasaki nem pelas consequências de vazamentos nucleares (Chernobyl) na então União Soviética ou, mais recentemente, no Japão. Segundo Fritjof Capra (1982) – ele mesmo um físico de renome –, muitos pesquisadores abandonaram essa área da Física ao tomarem consciência da necrófila aplicação dos seus resultados⁴. Também não podemos culpar a Ciência em geral pela mercantilização dos tratamentos no campo da medicina, o que enriquece grandes laboratórios a partir de nossas doenças e provoca contradições entre cura e morte, no avanço da monopolização dos resultados de pesquisas na área.

Da mesma forma, aprendi com minha saudosa orientadora, a professora doutora Aparecida Joly Gouveia – especialista em Sociologia da Educação e Metodologia Científica –, que, quando descobrimos aspectos democráticos no acesso ao ensino superior, não somos responsáveis por qualquer “confortável cruzar de braços” das autoridades encarregadas de promover a ampliação desse acesso (GOUVEIA, 1978). E, se hoje constatamos as melhorias nos últimos anos, com a maior presença de pobres e afrodescendentes nas universidades, não somos culpados pelas atuais políticas de restrições aos financiamentos de pesquisa e pós-graduação do atual governo, que, maquiavélico, pretende justamente impedir que esses novos atores sociais (os pobres que chegaram à universidade) alcancem esse estrato intelectual. Aliás, vou me adiantando em minhas conclusões: chegou a hora de pesquisar a situação criada por esses entraves, suas motivações políticas e as influências ocultas atuando nas esferas do poder.

Está na moda culpar a Ciência pela má aplicação de suas descobertas, o que, no entanto, só acontece porque tais descobertas são transformadas em tecnologia, sem previsão de suas consequências para a saúde dos usuários ou para o meio ambiente em geral.

Não me alinho com acusações ou críticas à Ciência e seus avanços. Pelo contrário, tenho muito claro que foi a captura de suas descobertas pelo capitalismo – processo evidente durante o século XIX, mas que já se anunciava desde a renascença, com as grandes navegações, suas invasões e guerras decorrentes – que gerou, paralelamente aos benefícios da industrialização⁵, um cortejo de avassaladoras consequências negativas para o meio ambiente, enquanto novas doenças degenerativas cresceram para substituir o desaparecimento de outras – infecciosas, debeladas pelas vacinas, antibióticos e corticoides (os dois últimos com suas contrapartidas em efeitos colaterais). Não pretendo me alongar sobre as contradições que se intensificaram, com a vitória aparentemente definitiva do capitalismo, a qual pode ser resumida em mais de um bilhão de famintos em meio à crescente produção de alimentos transformados em commodities para especulação nas bolsas de valores.

O que pretendo situar aqui é a responsabilidade do cientista durante o desenvolvimento da sua pesquisa e, principalmente, no momento e depois da publicação dos seus resultados. Enquanto pesquisador, curioso e fascinado por sua atividade e apaixonado pelo conhecimento científico, não é (ou não deveria ser) inocente. Haverá sempre, por trás de sua pesquisa, aspectos financeiros e lutas de poder, o que pode ser resumido como “questões políticas”. O pesquisador, seja ele um iniciante, seja ele um renomado cientista, não pode alegar que não gosta de política, que nada entende do que está acontecendo nas esferas do poder. Afinal, ele frequenta espaços acadêmicos nos quais tudo se denuncia (ou não?), mas ele precisa se perguntar: quem vai se beneficiar dos meus resultados? Quem vai se aproveitar deles? Que tipo de aplicação resultará das minhas descobertas? E se prestar atenção ao que está desvelando, vai chegar à ideologia (no sentido marxista de falsa consciência) – aquela forma ilusória dos complexos de ideias que obscurecem a compreensão adequada dos processos socio-históricos e das injustiças sistêmicas. São formas de pensar que impedem de compreender adequadamente o real porque obstaculizam a percepção do que se apresenta envolto pelas

aparências. Só uma adequada construção dos dados de uma pesquisa, direcionando sua interpretação, alarga a percepção, permitindo desvendar a ideologia.

Quando Bacon formulou a famosa teoria dos ídolos que impede o ser humano de compreender o real, estava tangenciando o fenômeno da ideologia que seria genialmente equacionado por Marx e Engels (1979), quase três séculos depois.

Na atualidade, após os avanços do conhecimento sobre o caráter maquiavélico da falsa consciência, o pesquisador que escapa das armadilhas da ideologia (WHITAKER; FIAMENGUE, 2002) está em condições de denunciar perversidades sistêmicas e seus responsáveis. Sua pesquisa se configura, então, como ato político, já que foi projetada para tal desde os seus primeiros passos.

Ninguém leva muito a sério as denúncias do cidadão comum quando, intuitivo e clarividente, critica as injustiças e desigualdades sociais (pessoas raras, diga-se de passagem, porque predomina sobre a maioria a poderosa ideologia como falsa consciência). Mas quando um pesquisador vai a público, armado de dados bem construídos – interpretados de forma crítica – e faz suas denúncias, sua autoridade é reconhecida, e seu direito de denunciar é levado em conta. Lembro-me aqui de uma conferência de Enzo Faletto a que assisti no Chile em 1994, quando o famoso sociólogo afirmou, de forma positiva, que a Sociologia é uma ciência plena de intenções.

Realmente, trabalhando com Sociologia Rural – área na qual fiz muita pesquisa, tendo como base teórica a cultura, a educação e a ideologia –, observo que minhas intenções sempre se expressaram em objetivos claros: destruir imagens estereotipadas sobre o campo e os camponeses, conjunto de preconceitos que considero obstáculo epistemológico a uma compreensão satisfatória da mulher e do homem rural; valorizar a ruralidade historicamente, ressaltando o papel do campesinato, sem o que não há equacionamento adequado de qualquer problema social no campo; pesquisar a educação do/no campo, apontando o caráter urbanocêntrico, sociocêntrico e etnocêntrico da escola, o que contribui poderosamente para a exclusão dos seus alunos. Por outro lado, minhas perspectivas sobre as injustiças históricas em relação aos pobres do campo reforçaram minha luta pela reforma agrária, pela educação freireana no campo, e minhas denúncias sobre o urbanocentrismo marcaram indelevelmente o aparecimento das Ciências Humanas a partir do século XIX.

Considerações sobre pesquisas como ato político

Minhas pesquisas foram e serão sempre plenas de intenções assumidas que configuram atos políticos. E acredito hoje, diante do grave momento político que atravessamos, com a extrema-direita tomando o poder em diferentes pontos do globo, especialmente em nossa problemática América Latina, que a afirmação de Faletto (1994) vale para todas as ciências.

Vejam, por exemplo, as graves denúncias sobre a invasão da privacidade por meio dos avanços da informática. Nem Orwell (1949), com sua famosa distopia sobre 1984, imaginou tão espantosa possibilidade. Estou me referindo a uma empresa de consultoria, Cambridge Analytica, que fabrica e envia fake news de acordo com as idiosincrasias dos usuários das redes sociais, os quais são segmentados em grupos de até 256 pessoas e bombardeados com milhões de mensagens específicas, produzidas de acordo com suas tendências e seus interesses. Segundo editorial do *Le Monde Diplomatique Brasil*, no dia das eleições presidenciais no Brasil, 7 de outubro/2018, “1.7 milhões de notícias falsas foram compartilhadas no FACEBOOK [...] abrigadas no WhatsApp e no Facebook Messenger” (CACCIA BAVA, 2019, s/p). O fantástico é que tais mentiras são direcionadas às vulnerabilidades de pessoas identificadas como suscetíveis de serem persuadidas. Aliás, em um aspecto Orwell acertou: estamos em plena aplicação da “novílingua”, já que “fake news” é a nova palavra para o que chamávamos de calúnia.

É claro que precisamos pensar também nas intenções nada edificantes de pesquisas encomendadas ou pesquisadores que constroem seus dados afinados com as necessidades da dominação e que nunca desmascaram ideologias; muito pelo contrário, fabricam-nas.

Mas o que dizem sobre isso os cientistas da computação? Pelos meus argumentos iniciais, os cientistas não seriam culpados, já que os processos denunciados são produzidos por empresas e, são, portanto obras do capitalismo, na forma selvagemmente desenfreada que adotou na contemporaneidade.

Mas cientistas trabalham para a Cambridge Analytica! Ou devemos chamá-los de técnicos, já que não são pesquisadores no sentido clássico? E suas intenções perversas podem ser consideradas atos políticos?

Não! Reservemos a expressão “político” respeitando a origem histórica do termo na Grécia clássica: o cuidado com a POLIS.

Tais atos, que manipulam ingênuos, invadem a privacidade e alteram eleições (caso de Trump nos Estados Unidos) e consultas ditas democráticas (caso do Brexit). Não são atos políticos, e sim atos nazistas. No passado, conseguiam-se tais resultados com a utilização de violência explícita exercida por seres humanos, especialmente adestrados, como os agentes da Gestapo na Alemanha nazista e os torturadores na América Latina dos anos 1970. Hoje tudo funciona com “anestesia eletrônica”, e as pessoas são manipuladas por robôs – os chamados bots.

Conforme o referido editorial do *Le Monde Diplomatique Brasil*, citando reportagem da Folha de São Paulo (grande imprensa, observem; e, portanto, alinhada com a burguesia), “empresários que apoiaram Bolsonaro se utilizaram do caixa dois para pagar o envio, por meio de robôs, de milhões de mensagens contra o PT no WhatsApp” (CACCIA BAVA, 2019, s/p).

Por que tamanho empenho e sofisticação para evitar a eleição de um professor e filósofo, premiado como o melhor prefeito do mundo? E de onde vem tanto dinheiro para sustentar tão mirabolante tecnologia?

Nem todos percebem, mas, por trás desse “mistério”, temos a fome de petróleo das grandes potências. Esgotado nos Estados Unidos, caro e problemático no Oriente Médio, o petróleo do Atlântico Sul é a grande atração para as corporações internacionais (WHITAKER, 2018).

Não por acaso, graves crises políticas marcam a contemporaneidade em cinco países da América do Sul – todos produtores de petróleo: o Brasil do pré-sal (um golpe travestido de impeachment); Venezuela (bloqueios comerciais criam situação desesperadora); Equador (estado de exceção); Bolívia (golpe militar em curso); Argentina (crise econômica após vitória inesperada da direita)⁶.

No caso brasileiro, a atuação da Cambridge Analytica e os interesses petrolíferos já estão desmascarados. E quanto às pesquisas, geólogos já apresentam importantes publicações em relação à geopolítica do petróleo⁷.

Temos aí exemplos de pesquisas como ato político. Mas quem, no grande público, as lê, fora dos grupos especializados e/ou interessados em desmascarar o poder econômico do capital? Há fatos que explicam o golpe de 2016 no Brasil e os estranhos resultados de eleições na Argentina à mesma época.

Pesquisas em áreas muito técnicas como a questão do petróleo, mesmo quando divulgadas, são de difícil acesso para o cidadão comum (mulheres e homens assoberbados pelas exigências do trabalho e dos cuidados familiares).

Minha tese, neste ensaio, é de que, diante das dificuldades do cotidiano, a área que mais pode contribuir para a pesquisa como ato político é a educação – desde sempre, um campo interdisciplinar e que deve se tornar transdisciplinar como exige Morin (1973, 2002).

Os educadores, por suas atividades socialmente valorizadas, estão entre os profissionais altamente reconhecidos pela sociedade. O campo da educação escolar é tão importante para o Estado que produz o paradoxo: professoras e professores correm o perigo de se transformarem em “correia de transmissão” para a extrema-direita no poder (“Escola sem Partido”, eis outra expressão para o dicionário da novíngua em construção). Como escapar a esse triste destino? O melhor antídoto para isso é a pesquisa como ato político, já que, como todo fenômeno humano, a educação escolar ocorre em campos de contradições (vide a recente ocupação de escolas públicas por adolescentes no país).

Pesquisadores de diferentes áreas ligadas à educação devem equacionar contradições, explicando a vulnerabilidade (dos ingênuos), enfatizando aspectos positivos da escola pública (professores e alunos críticos) e desmascarando o caráter ideológico das medidas que visam elitizar as universidades por meio da privatização e da supressão de verbas.

Entre as duas últimas décadas, tivemos uma espécie de “primavera política” (suprimida em 2016). Políticas públicas favoreceram classes subalternas, o sistema de cotas e a criação de 18 universidades em pontos estratégicos do país permitiram acesso a cursos superiores, mestrado e doutorado e até bolsas de estudos no exterior a jovens cujas famílias nem sempre imaginaram que seus filhos pudessem chegar a tal. Há indícios de que muitas famílias beneficiadas por essas políticas altamente democratizantes votaram na direita nas eleições de 2018. Minha hipótese é de que, embalados pela ideologia do mérito e evidentemente hipnotizados pelas artimanhas da Cambridge Analytica, imaginaram o sucesso social e/ou educacional apenas como resultado do esforço pessoal.

Não descarto ainda a falsificação das urnas porque, afinal, o povo brasileiro não é fascista. Mas, de qualquer forma, milhões votaram em um quase desconhecido parlamentar, guindado à posição de salvador (pelas armas).

Precisamos de muita pesquisa, com muita divulgação (acessível) – não exatamente para compreender o funcionamento dos algoritmos ou programas sofisticados com a atuação dos bots. Isso os entendidos explicam (técnicos em informática, estatísticos, hackers etc.).

O que precisamos é muita pesquisa em Sociologia e Psicologia Social e assessoria, talvez de psicanalistas, para compreender as vulnerabilidades que nos assombram. É no plano do cotidiano que tais dados precisam ser construídos, com base em teorias rigorosamente fundamentadas. Chega de culpar a classe média pelos últimos acontecimentos no país. Existe uma burguesia – e para conhecer seus motivos não precisamos muita pesquisa. Quanto à classe média, eis aí um conceito abstrato! Explica tudo e por consequência não explica nada. Mas há muita “matéria concreta” na esfera do poder: o judiciário, o congresso, as petrolíferas, a burguesia nacional e internacional. Esses já conhecemos bem.

As questões a pesquisar referem-se a descobrir por que uma parte da população se deixa levar por gente que monta propaganda político-eleitoral imitando armas com as mãos...

Outras questões, exigindo a pesquisa como ato político, referem-se à insensibilidade empresarial para com os problemas sociais e ambientais que paradoxalmente se agravam à medida que cresce extraordinariamente a aplicação de conhecimento científico à produção de tecnologia (WHITAKER, 2015). Ou seja, o espantoso avanço científico não resolve os graves problemas decorrentes da sua transformação em tecnologia. O poder de sedução da parafernália tecnológica utilizada pelo capital no processo industrial já se anunciava desde o século XIX (MARTINS, 1996). O que se precisa equacionar cientificamente são as barreiras profundas que impedem a maioria da população de perceber a relação entre a produção de mercadoria e as mazelas por ela provocada, perceber, enfim, os resultados do encantamento derivado dos “milagres da Ciência”.

Para Maurizio Lazzarato (2014, p. 23), “O real ainda é dominado pelas ‘leis’ do Capital, entre as quais a mais temível é a introdução do infinito na produção e no consumo”.

Os textos de Lazzarato (2014) nos alertam para uma nova categoria histórica (ou sociológica?): o homem endividado, que se prende às novas formas do capitalismo, derivadas da financeirização.

Mas não consigo aceitar apenas a dominação do capital como explicação definitiva para os males da humanidade, apesar da força desigual da ideologia sobre o sujeito à sua mercê. Acredito que os processos sociais não são inexoráveis; são históricos.

Caso contrário, de nada adiantaria propor a pesquisa como ato político. Mas, para tais problemas, a pesquisa como ato político deve ser

exercida como pesquisa-ação – aquela técnica por meio da qual o cientista desvenda a ideologia, aprendendo com e orientando os participantes na mesma direção.

Por último, proponho que os especialistas e os críticos de tantas mazelas parem de usar a expressão “sociedade de consumo” para categorizar nossa sociedade. Na verdade, vivemos em uma “sociedade de produção”. E como já demonstrou Marx, a produção cria o consumo. Esta é uma verdade tão bem “escondida” pela ideologia que somente com muita pesquisa como ato político poderemos desvendá-la.

À guisa de conclusão

Retomando minha ideia inicial: na pesquisa científica, o ato político se inicia na construção dos dados. Os dados “não falam” por si; eles precisam ser iluminados por teorias críticas. Dessa forma, tornam-se mais acessíveis à interpretação. O objeto em análise vai deixando de “resistir” (à análise) porque as aparências se desvanecem e a ideologia é desmascarada. Quando o pesquisador consegue desmascarar a ideologia – a ilusão que promove a falsa consciência –, completa-se o ato político.

Dirão alguns que a ideologia também interfere no pesquisador. Mas aqui temos uma “variação” no conceito de ideologia, tal como proposto a partir de Lênin e genialmente teorizado por Gramsci (1976).

Para o grande pensador político italiano, Antonio Gramsci, a ideologia pode ser compreendida como visão de mundo, variando para diferentes classes e grupos sociais. Gramsci viveu na Itália fascista e permaneceu no cárcere como prisioneiro político até a doença que o levou à morte em 1937. Qualquer semelhança com o Brasil de hoje não é mera coincidência. Boa parte do seu pensamento expresso em “Cadernos do Cárcere” teve grande divulgação e aplicação no Brasil, exatamente no período da ditadura militar (anos 1970), inspirando pesquisas justamente no campo da Educação, além da Política e da Sociologia. Suas ideias sobre cultura, educação e visão de mundo começam a ecoar novamente, dadas as semelhanças entre o Brasil da “nossa” contemporaneidade e aquele momento marcado pelos chamados “anos de chumbo” (período Médici). A obra de Gramsci sobre os intelectuais (GRAMSCI, 1979) ganhou destaque nos anos 1970 e merece releitura. Na pesquisa como ato político, o pesquisador (cientista)

precisa compreender seu papel como intelectual, alargando (ou corrigindo) sua visão de mundo para transformá-la em “contraideologia”, tal a função da ideologia como visão de mundo.

Em minhas pesquisas, prefiro preservar o conceito original (marxista) de ideologia como falsa consciência, como proposto por pensadores da Escola de Frankfurt (HORKHEIMER, 1971). Mas não sou ortodoxa, e, em Ciência, não podemos e não devemos ser dogmáticos; portanto, entendendo que a ideia de visão de mundo deve ser aplicada hoje para desenvolver a contraideologia entre lideranças políticas e intelectuais orgânicos dos grupos explorados na sociedade capitalista. O papel desses intelectuais é alargar a visão de mundo: a sua própria e a daqueles que representa como intelectual orgânico.

Pode ser paradoxal (especialmente para um marxista ortodoxo) que as distintas visões de mundo de diferentes grupos e/ou classes sociais tenham sido conceituadas como ideologias por um importante marxista como Gramsci, o que parece contrariar frontalmente o pensamento de Marx e Engels na ideologia alemã (1979). Mas é preciso atentar para o fato de que Gramsci faz uma importante elaboração teórica com uma clara distinção entre ideologias orgânicas (aquelas que organizam os grupos no terreno da história para a luta política por mudanças positivas) e ideologias arbitrárias (aquelas que, ao contrário, são negativas e claramente se aproximam do conceito marxista de falsa consciência) (GRAMSCI, 1976). Essa forma de conceituar ideologias orgânicas é importante, já que nos faz pensar na necessidade de expectativas utópicas e na luta por uma sociedade mais justa. Para Guido Liguori (2007, p. 141), importante intérprete dos escritos gramscianos, existe nesses textos “uma decidida revalorização do conceito de ideologia [...] uma concepção original e inovadora”. Liguori (2007, p. 142) é enfático ao afirmar que:

[...] a ideologia, em Gramsci, é a representação da realidade própria de um grupo social. O sujeito individual tem uma visão própria do mundo, que não é só sua, mas é – embora de modo não mecânico – do grupo social do qual faz parte.

Mas essa visão de ideologia brotando das superestruturas do “bloco histórico” (GRAMSCI, 1976) não pode obscurecer a importância do conceito marxista da falsa consciência, a qual precisa ser desmascarada pela pesquisa que se apresenta como ato político, como tentei argumentar.

A ideologia como visão de mundo se insere na ação política dos movimentos sociais que buscam se organizar na luta por seus direitos. Mas a ideologia como falsa consciência está ali mesmo, camuflada em racionalizações e ilusionismos – verdadeira fantasmagoria envolvendo a realidade – e só pode ser desmascarada pela pesquisa como ato político; ou por uma revolução por meio da educação, tal como foi proposto na Grã-Bretanha por outro grande marxista, especializado em estudos culturais, Raymond Williams (1961), que, pouco antes de morrer, declarou sua profunda decepção com a escola pública daquele país sob o desgoverno de Margareth Thatcher. Mas fiquemos com o Paulo Freire da Pedagogia do Oprimido. Com ele, ainda é possível contemplar a utopia.

Recebido em: 06/10/2019

Aprovado em: 20/12/2019

Notas

1 Professora emérita da Universidade Estadual Paulista (UNESP). Doutora em Sociologia pela Universidade de São Paulo (USP). E-mail de contato: valvasc2013@gmail.com

2 Importante lembrar que, para Adorno (1975, p. 27), também o pensamento resiste: “El pensamiento es, por su misma naturaleza, negación de todo contenido concreto, resistencia a lo que se le impone [...]”. Afinal, nesse caso, completa-se a dialética entre sujeito e objeto, uma dialética negativa.

3 É preciso, no entanto, lembrar que o conhecimento científico pode ser, para alguns, um tanto desconfortável. Para tais pessoas, pode ser aconselhável dedicar-se à vida religiosa ou manter um cotidiano tranquilo ligado às representações do senso comum.

4 Consta, por exemplo, que Santos Dumont se suicidou ao tomar conhecimento de bombardeios aéreos realizados no Campo de Marte em São Paulo em 1932 durante a chamada Revolução Constitucionalista.

5 Dispensar-me de explicar os efeitos positivos do avanço científico, já que a memória social sustenta essa perspectiva. Quanto às mazelas do industrialismo, há sobre elas uma percepção cada vez mais clara. O importante seria compreender o paralelo entre os dois processos, os quais ocorrem simultaneamente.

6 No caso da Argentina, a situação está para mudar após os desastres do último governo. Observem os resultados das eleições de outubro de 2019 com a volta das esquerdas ao poder.

7 Ver, por exemplo, Nozaki (2018).

Referências

ADORNO, Theodor. **Dialectica negativa**. Madrid: Taurus, Cuadernos para el diálogo, 1975.

BOURDIEU, Pierre; CHAMBOREDON, Jean-Claude; PASSERON, Jean-Claude. **El ofício de Sociólogo: presupostos epistemológicos**. México D.F.: Siglo Veinteuno, 1988.

CACCIA BAVA, Silvio. Google, facebook e a extrema direita. **Le Monde Diplomatique Brasil**, 2 set. 2019. Disponível em: <https://diplomatique.org.br/google-facebook-e-a-extrema-direita/>. Acesso em: 15 set. 2019.

CAPRA, Fritjof. **O ponto de mutação: a ciência, a sociedade e a cultura emergente**. São Paulo: Cultrix, 1982.

FALETTO, Enzo. **Conferência de Encerramento do IV Congresso da ALASRU (Associação Latino-americana de Sociologia Rural)**. Concepción, Chile, 1994.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

GOUVEIA, Aparecida Joly. Democratização do Ensino Superior. Tendências na composição social da clientela. **Cadernos de Pesquisa**, n. 16, 1978.

GRAMSCI, Antonio. **A concepção dialética da História**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976.

GRAMSCI, Antonio. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

HORKHEIMER, Max. Un nuevo concepto de ideología. *In*: LENK, Kurt. **El concepto de ideología**. Buenos Aires: Amorrortu Editores, 1971.

KOURGANOFF, Vladimir. **A pesquisa científica**. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1961. (Coleção Saber Atual).

LAZZARATO, Maurizio. **O governo do homem endividado**. São Paulo: N-1 Edições, 2014.

LIGUORI, Guido. **Roteiros para Gramsci**. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2007.

MARTINS, Hermínio. Tecnologia modernidade e política. *In*: MARTINS, Hermínio. **Hegel, Texas e outros ensaios de teoria social**. Lisboa: Editora Século XXI Ltda, 1996.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. São Paulo: Editora Ciências Humanas, 1979.

MORIN, Edgar. **O paradigma perdido e a natureza humana**. Lisboa: Publicações Europa América Ltda., 1973.

MORIN, Edgar. **A religião dos saberes: o desafio do século XXI**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

NOZAKI, William. O golpe e o pré-sal: origem, desenvolvimento e consolidação da crise. **Rede Brasil Atual**, 18 mar. 2018.

ORWELL, George. **1984**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

WHITAKER, Dulce. Tecnologia e poder: um ensaio de interpretação sociológica. *In*: D'INCÃO, Maria Ângela (org.). **Domínio das Tecnologias: ensaios em homenagem a Hermínio Martins**. Presidente Venceslau: Letras à Margem, 2015.

WHITAKER, Dulce. **O golpe que nos desafia: ensaio de interpretação geopolítica**, 2018. Mimeografado.

WHITAKER, Dulce; FIAMENGUE, Elis. Ciência e ideologia: as armadilhas do preconceito. *In*: WHITAKER, Dulce (org.). **Sociologia rural: questões metodológicas emergentes**. Presidente Venceslau: Letras à Margem, 2002.

WILLIAMS, Raymond. **The long revolution**. London: Chatto & Windus, 1961.